

Setorial ou global? A discussão sobre uma nova política industrial

Uma nova política industrial para o Brasil é o que o professor Antônio Barros de Castro planeja elaborar.



O Ministério da Indústria e Comércio também está entusiasmado com o projeto. E aí surge a primeira dúvida: a política industrial deve ser setorial ou global? Ou seja, o Estado deve escolher os setores a incentivar, com crédito e políticas específicas, ou deve fazer uma definição global dos fatores de competitividade, deixando ao setor privado a escolha sobre onde atuar?

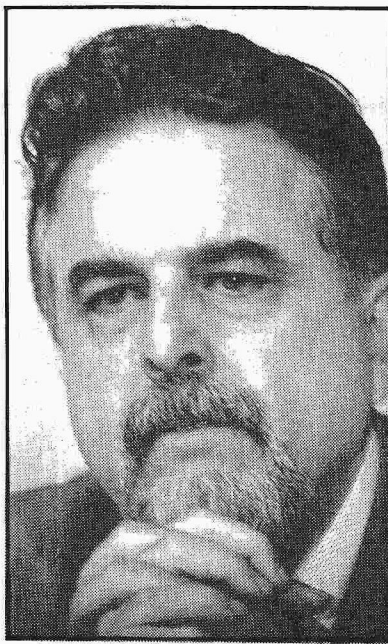
Barros de Castro, presidente do BNDES, não tem dúvidas:

— É claro que a política industrial terá que ser setorial.

Antônio Maciel Netto, do Ministério da Indústria e Comércio, diz que antigamente o Governo dimensionava até o tamanho que cada setor deveria ter no Brasil.

— Agora, achamos que o melhor é estabelecer políticas globais. O BNDES não pode mais ter dinheiro apenas para este ou aquele setor, tem que oferecer financiamento para projetos bons, qualquer que seja o setor.

Barros de Castro discorda da



Castro: definir rumos para os setores

avaliação negativa do que houve no passado no Brasil:

— O país está em crise de identidade e não consegue ver que foi um grande sucesso de desenvolvimento.

Para ele, é preciso fazer uma definição de rumos para os setores. Ele diz que “o Estado não pode mais comandar, tem que fazer propostas, persuadir”.

Esta questão esteve presente, meses atrás, num debate entre empresários paulistas e um dos maiores especialistas mundiais em competitividade, em visita ao Brasil: Hirotaka Takeusha. Quando o empresário Paulo Villares defendeu a tese de que a política precisa ser específica para os setores, Takeusha rebateu dizendo que quanto mais gerais forem as políticas, melhor.

O sociólogo Sérgio Abranches, autor de uma tese sobre a política industrial brasileira dos anos 70, teme que uma política setorial acabe criando privilégios e incentivando cartórios, “como aconteceu no passado no Brasil”. Ele lembra que existe hoje uma extensa bibliografia defendendo a política global, como o estudo do MIT que acabou se transformando no famoso livro “Made in America”.

Globalistas e setorialistas, que já se organizam em alas, concordam num ponto: a indústria brasileira, se quiser sobreviver, precisará passar por importantes reestruturações.

— O BNDES quer ser o padrinho de fusões e casamentos — defende Barros de Castro. Ele acha que o BNDES tem que usar melhor seus quadros e montar planos estratégicos para empresas e setores.

— Precisamos botar para fora o que sabemos — diz ele, explicando que, na sua visão, “os técnicos que passaram a vida inteira vendo setores, analisando a economia brasileira, têm conhecimento acumulado e poderão ajudar a formular o planejamento estratégico de empresas”.

Não há contradição entre o notório conhecimento dos técnicos do BNDES e a defesa das políticas globais, pensa Sérgio Abranches:

— Os especialistas do banco devem usar informações setoriais para orientar investidores, aprovar projetos, mas não podem empregar sua capacitação técnica para justificar o intervencionismo estatal. É preciso formular políticas globais.

Já Antônio Maciel acha que talvez seja possível encontrar um meio termo entre os dois extremos.

— O Brasil tem claramente vocação para a área de software. Poucos países têm uma indústria automobilística como a nossa. Somos melhores em alguns setores — afirma.

Ele admite que é preciso pensar globalmente, mas acha que é possível ter um olho em determinados setores da economia.